



## DIVERSIDADE SEXUAL NO CONTEXTO ESCOLAR: DA CONCEPÇÃO À FORMAÇÃO DOCENTE

Eixo-temático: Educação escolar e diversidade

Albertina Costa da Silva  
[UNEAL]  
[albertina-pdgg@hotmail.com]

Elizete Santos Balbino  
[UNEAL]  
[Elizete.balbino@hotmail.com]

**Resumo:** A sociedade tem passado por grandes transformações nas últimas décadas e a escola sendo uma das instituições mais importantes para a formação do sujeito, precisa se adequar às mudanças. A diversidade sexual, sem dúvida, é um desses pontos em transformação que precisa ser acompanhado pela escola. Tendo em vista que o professor é o agente principal em todo processo de ensino da escola e que superar os preconceitos na sociedade também exigirá dele novas condutas e atitudes frente às novas realidades. Por isso os objetivos dessa pesquisa são analisar a concepção dos professores sobre a diversidade sexual presente no contexto escolar e investigar a formação dos professores para trabalhar as questões relacionadas a diversidade sexual. Para a realização desse trabalho foram feitas pesquisas bibliográficas e de campo, utilizando para a coleta de dados entrevistas realizadas com cinco professores de uma escola pública estadual de ensino médio localizada no município de Teotônio Vilela – AL. Os resultados da pesquisa evidenciam que apesar dos crescentes avanços nos âmbitos políticos e sociais, a escola ainda tem algumas dificuldades para introduzir esses debates em seu interior, devido à junção de muitos fatores como a insuficiência de políticas educacionais no estado de Alagoas que formulem e divulguem capacitações na área da sexualidade para os professores e a deficiência na formação inicial que não prepara o professor para questões como a diversidade sexual.

**Palavras-chave:** Diversidade Sexual. Escola. Formação docente.

### 1 – INTRODUÇÃO

A sociedade tem passado por grandes transformações nas últimas décadas e a escola sendo uma das instituições mais importantes para a formação do sujeito, precisa se adequar às mudanças. A diversidade sexual, sem dúvida, é um desses pontos em transformação que



precisa ser acompanhado pela escola e que vem sendo foco de discussões em diversos âmbitos da sociedade, em diversos congressos e estudos em Direitos Humanos, Política e Educação numa tentativa de combater o preconceito, a discriminação e mais precisamente a heteronormatividade e homofobia, que tem causado há séculos a exclusão, marginalização, e em caso extremos, assassinatos e agressões (físicas/verbais) de homossexuais e travestis.

A justificativa para o desenvolvimento desse trabalho se dá pela necessidade que observamos da escola se engajar na luta pelo respeito e valorização da diversidade sexual, por isso é fundamental analisar a concepção dos professores sobre essa temática, uma vez que estes são os agentes principais na articulação dessa luta; serão eles que farão as articulações entre ultrapassar o senso comum e o preconceito e o processo de adquirir o conhecimento, o senso crítico e o respeito às diversidades.

Para fundamentar esse estudo foram utilizados os autores: Correa (2008); Daniliauskas (2011); Junqueira (2009); Louro (1999); Vianna; Cavaleiro (2012) dentre outros e alguns documentos nacionais e internacionais.

Nessa pesquisa falamos sobre a conceituação da diversidade sexual, explicando as nomenclaturas utilizadas e estabelecendo as diferenças entre conceitos como: educação sexual, orientação sexual e identidade de gênero. Aborda a necessidade de reconhecer as homossexualidades como sexualidade humana tão legítima quanto à heterossexualidade e ainda estabelece os paradigmas encontrados para que a escola exerça sua função nesse processo: como, aulas de educação sexual na escola e a formação de professores. E nos resultados e discussões fazemos uma análise dos dados coletados, através das entrevistas, onde procuramos registrar tudo o que foi dito pelos participantes da pesquisa.

## **2 - CONCEITOS E PARADGMAS DA DIVERSIDADE SEXUAL NA ESCOLA**

Diversidade sexual é o termo utilizado para compreender as extensas possibilidades de relações e identificações sexuais que cada indivíduo possui, ou seja, é a terminologia utilizada para demonstrar que não existe apenas um ou dois tipos de sexualidade, como convencionalmente prega-se, mas sim uma variante cada vez maior. Nesse sentido há de se estabelecer que as possibilidades sexuais não são apenas de heterossexuais, ou seja,



relacionamentos entre pessoas do sexo oposto ou de homossexuais para os do mesmo sexo (BRASIL, 2007, p.15).

Questões como a discussão para as terminologias das homossexualidades foi (e ainda é) motivo de grande repercussão. No início o termo utilizado foi homossexualismo, mas vários ativistas nas lutas LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais) questionaram a nomenclatura com o sufixo “ismo”, pois este denota um sentido de doença, desvio e aberração. “Basta notar que ninguém fala em sexualismo ou heterossexualismo. Daí a preferência pelos termos homossexualidade, lesbianidade, bissexualidade, travestilidade, transgeneridade e transexualidade.” (BRASIL, 2007, p. 18).

Por haver um forte estereótipo relacionando a homossexualidade com a promiscuidade, hoje se dissemina o uso do termo homoafetividade, na tentativa de enfatizar que esse tipo de relação não é apenas sexual, mas sentimental.

Além das heterossexualidades e das homossexualidades outras possibilidades sexuais são as bissexualidades (onde o sujeito tem desejo por ambos os sexos). Essas orientações sexuais devem ser segundo Brasil (2007) todas no plural, pois são inúmeras e dinâmicas suas formas de expressão e representação. Orientação sexual é um conceito que engloba e reconhece como legítimo um extremamente diversificado conjunto de manifestações, sentimentos e práticas sociais, sexuais e afetivas.

Existe um ponto que pode causar confusão ao tratar do assunto diversidade sexual e que deve ser esclarecido; é a diferença entre identidade de gênero e orientação sexual, que apesar de se relacionarem, possuem significados totalmente distintos.

Orientação sexual, no campo das ciências sociais, se refere ao desejo e interesse sexual, afetivo e emocional que uma pessoa pode ter para com outro indivíduo, do sexo oposto ao seu (heterossexual), igual (homossexual) ou ambos (bissexual). Já no campo da educação, orientação sexual pode se referir ao processo de ensino e aprendizagem sobre sexualidade. Neste trabalho utilizaremos o termo orientação sexual englobando o primeiro sentido, quando voltado à educação, usaremos o termo “educação sexual”.

Identidade de gênero compreende a maneira como cada pessoa se apresenta e se sente em relação ao próprio gênero, que pode, ou não, corresponder ao sexo biológico. Nisso incluem-se as modificações da aparência ou corporal em procedimentos cirúrgicos ou por vestimentas.

O primeiro a utilizar o termo identidade de gênero foi o médico norte-americano Robert Stoller, em 1960, que introduziu a ideia de que o sexo biológico (ou a genitália) não



seria o que determinaria necessariamente a identidade de gênero de uma pessoa. Assim, o fato de uma criança nascer com um pênis não significava que ela se identificaria obrigatoriamente com traços masculinos, abrindo espaço para se pensar que existia algo para além da biologia na construção da identidade sexual dos indivíduos (GUARANHA; LOMANDO; 2013, p. 50, 51).

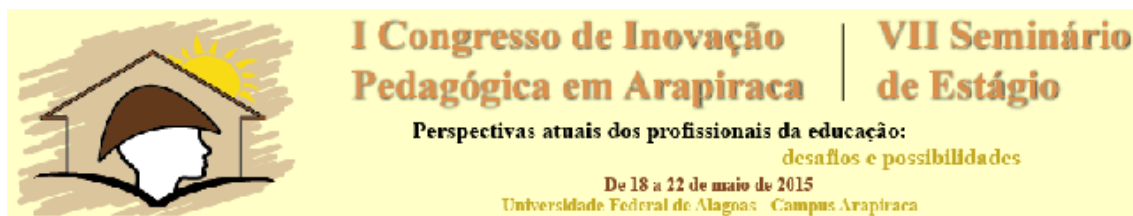
Deve-se frisar que ao contrário do que prega o senso comum, a identidade de gênero não define a orientação sexual, nesse caso se, por exemplo, o indivíduo se identifica (veste-se e age) como o sexo oposto ao biológico não significa que tenha a homossexualidade como orientação sexual, ou seja, uma mulher ou homem pode vestir-se como o sexo oposto e ainda assim ser hétero. Isso demonstra a complexidade do tema e seu impacto sobre a sociedade para compreender e se adaptar as novas composições de casais e famílias que vem se formando abertamente nas últimas décadas. E a crescente onda de casos de homofobia (repulsão/ódio às homossexualidades) sugere a necessidade de preparar as pessoas para essas mudanças.

Discutir a temática na escola é um romper do silêncio e da omissão que se instalou durante séculos, onde a escola reproduziu preconceitos e fortaleceu a marginalização dessas minorias. Como mostra Junqueira (2009, p.14):

Ao longo de sua história, a escola brasileira estruturou-se a partir de pressupostos fortemente tributários de um conjunto dinâmico de valores, normas e crenças responsável por reduzir à figura do “outro” (considerado “estranho”, “inferior”, “pecador”, “doente”, “pervertido”, “criminoso” ou “contagioso”) todos aqueles e aquelas que não se sintonizassem com o único componente valorizado pela heteronormatividade e pelos arsenais multifariamente a ela ligados – centrados no adulto, masculino, branco, heterossexual, burguês, física e mentalmente “normal”.

Desse modo, reconhecer a existência de outras orientações sexuais que não a heterossexual significa ferir os padrões morais e religiosos estabelecidos, que supõe que somente esta seja normal, mesmo sem nenhuma base científica. Por isso a escola deve introduzir a discussão com fundamentos científicos para não continuar reproduzindo o preconceito do senso comum.

É fundamental que a escola possa ajudar na formação da identidade e possibilitar um desenvolvimento mais harmonioso, porque todo mundo sabe que a sexualidade é fator essencial na questão da identidade: o “ser menino” ou o “ser menina”, o que é ser homem ou



mulher, os comportamentos e ações de cada gênero. Essas são as primeiras questões que aparecem para as crianças na escola e têm a ver com essa identidade básica com a formação de sua personalidade. É importante trabalhar com um conceito amplo de relações de gênero, que mostre que há infinitas formas de ser homem e de ser mulher e de expressar isso (EGYPTO, 2003).

A escola precisa trabalhar nos alunos a visão de que o ser humano é plural e multifacetado, capaz de ser e se expressar por diferentes modos e caminhos e isso inclui a orientação sexual. Nesse caso não existe normalidade, mas distinções. A sexualidade é parte natural da vida humana e deve ser tratada naturalmente, sem tabus.

Ainda quanto às omissões da escola, Junqueira (2009, p. 26.) afirma que “[...] não raro, homossexuais enfrentam obstáculos para se matricularem, participarem das atividades pedagógicas, ter suas identidades minimamente respeitadas, fazer uso das estruturas das escolas (os banheiros, por exemplo) e conseguirem preservar sua integridade física”.

Esses dados demonstram o quanto pode ser traumático para o homossexual conviver com um sistema educacional que o ignora, mas em compensação com uma discriminação que não o abandona. Quando falamos em ser ignorado pelo sistema educacional estamos nos referindo a currículos que não possuem a temática, a livros didáticos que não citam as homossexualidades e, portanto um ambiente com o qual o homossexual não encontra familiaridade. A falta desses aspectos contribui para a ignorância dos estudantes tanto heterossexuais que carregam dúvidas e conceitos errôneos, quanto para os homossexuais, que guardam seus conflitos interiores e não enxergam na escola um lugar para se abrir e questionar.

Como observou Louro (1999, p.30), a escola é:

[...] sem dúvida, um dos espaços mais difíceis para que alguém “assuma” sua condição de homossexual ou bissexual. Com a suposição de que só pode haver um tipo de desejo e que esse tipo – inato a todos – deve ter como alvo um indivíduo do sexo oposto, a escola nega e ignora a homossexualidade (provavelmente nega porque ignora) e, desta forma, oferece muito poucas oportunidades para que adolescentes ou adultos assumam, sem culpa ou vergonha, seus desejos. O lugar do conhecimento mantém-se, com relação à sexualidade, como lugar do desconhecimento e da ignorância.

Além desses problemas, permitir a invisibilidade da homossexualidade mantém a preservação do ambiente hostil e discriminatório que pode comprometer a qualidade e o



desempenho do aluno que sofre algum tipo de abuso verbal e/ou físico por sua orientação sexual, pois:

Gera desinteresse pela escola; produz distorção idade-série, abandono e evasão; prejudica a inserção no mercado de trabalho; enseja uma visibilidade distorcida; vulnerabiliza física e psicologicamente; tumultua o processo de configuração e expressão identitária; afeta a construção da auto-estima; influencia a vida socioafetiva (JUNQUEIRA, 2009, p.24).

Apesar de tantos avanços nas reflexões acerca da temática, até hoje o único referencial na área voltado para a educação é o caderno de temas transversais dos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs, publicado pelo MEC em 1998. Os PCNs são sugestões para nortear o trabalho dos docentes e para um currículo comum para o ensino fundamental e médio. Ele deve ser considerado um avanço por oficializar o tema nas escolas, embora:

[...] observa-se a subordinação da temática de gênero/sexualidade ao trinômio corpo/saúde/doença no tema transversal denominado Orientação Sexual. Também é objeto de severa crítica a pouca relevância da temática da diversidade sexual no contexto de elaboração dos PCNs, evidenciando discriminação em relação às homossexualidades (DANILIAUSKAS, 2011, p.64).

Devemos frisar que a introdução da temática Orientação sexual no PCN foi um passo importante, mas que não consegue comportar toda a amplitude destas questões, pois apresentam limitações em seus conteúdos e problemas para serem implantados no cotidiano escolar.

No PCN do primeiro ciclo (1ª a 4ª série) a homossexualidade é citada apenas uma vez e apenas como menção de que deverá ser trabalhado no segundo ciclo (5ª a 8ª série). Já no segundo ciclo a homossexualidade é citada quatro vezes, a transexualidade, a bissexualidade e a lesbianidade apenas uma vez (DANILIAUSKAS, 2011, p. 59). O que demonstra a timidez e certa superficialidade com que o tema é abordado. O que deve ficar claro é que os PCNs devem ser o início e não o fim para os avanços nesse sentido. As instâncias governamentais, a escola e os profissionais da educação devem buscar ainda mais alternativas de introduzir o tema na sala de aula.

Até meados da década de 1990 a sexualidade era compreendida como campo exclusivo da saúde, por isso a escola só tratava do assunto quando ocorria a visita de enfermeiras com programas de prevenção a DSTs (Doenças Sexualmente Transmissíveis) ou



gravidez na adolescência, mas sempre omitindo as questões de gênero e orientação sexual, por serem vistas como inapropriadas, polêmicas e que causam desconforto. Com o lançamento dos PCNs e nele a introdução do tema, a escola passou a ter também uma base para abordar as questões sexuais (PARANÁ, 2009).

Queremos salientar que educação sexual não diz respeito apenas ao ato sexual, mas a descoberta do corpo, da afetividade, das diferenças de gêneros e das questões sociais que estão entrelaçadas, como por exemplo, o que é coisa de menino e o que é coisa de menina, que são aprendizados e experiências adquiridas pela cultura e não inatas do sexo e orientações sexuais. Educação sexual também diz respeito às implicações da vida sexual ativa, como doenças, gravidez e tudo que estiver ligado ao conhecimento do próprio corpo e do prazer, como a excitação e a masturbação.

É inegável a importância do estudo sobre sexualidade na vida dos seres humanos, pois ela é experimentada ou revelada em expectativas, imaginações, anseios, crenças, posturas, valores, atividades práticas, papéis e convivências. Abrange, além do nosso corpo, nossa história, nossos costumes, nossas relações afetivas, nossa cultura (CORREA, 2008).

O ponto principal que culmina nesse receio ao ter que abordar a sexualidade e em especial as homossexualidades é o conceito religioso, advindo do discurso cristão. Segundo Torres (2013, p. 22-24):

Desde o seu nascimento o cristianismo traz elementos da cultura judaica que na sua tradição primitiva, considerava que [...] os impulsos sexuais estavam ligados a poderes misteriosos, fora do controle humano. O homem que se submetesse a tais forças era impedido de entrar em harmonia com Deus. [...] Trata-se de uma perspectiva que vincula as noções de pecado e condenação aos atos sexuais entre homens, por supor que esse ato o torna impuro.

Principalmente no Brasil onde o cristianismo católico possui hegemonia e suas crenças são passadas de geração para geração há séculos, sem serem questionadas, não admira que a sociedade contemporânea ainda se coloque contra a diversidade sexual, já que foram induzidos a achar que qualquer sexualidade fora do padrão heterossexual é suja, errada e pecaminosa.

Em pesquisa realizada pelo Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual de Curitiba – PR, os professores pesquisados afirmaram que esses valores que as famílias carregam, de que



diversidade sexual é promiscua e errada, é o que torna mais difícil trabalhar, pois os pais dos alunos tendem a ser contra e aparecer na escola para pedir explicação. Além disso, muitos dos professores se disseram inseguros a tratar do assunto por falta de preparo suficiente. (PARANÁ, 2009).

Para ser um bom “educador sexual” o professor precisa estar bem resolvido com sua própria sexualidade, ter autoconfiança e preparo. Assim, para Maistro (2006) o trabalho de Educação Sexual na escola, implica em planejamento e ações pedagógicas sistemáticas. Não se trata de palestras, semanas especiais, de cartazes pregados nos murais, mas sim de um canal permanentemente aberto para que as questões sobre a sexualidade possam ser discutidas com crianças e adolescentes, de maneira séria, clara e ampla.

O que queremos é evidenciar a importância das escolas implantarem a educação sexual, como um meio de criar novos diálogos e proporcionar aos alunos outras experiências, para combater a discriminação e a desinformação que insiste em permanecer. Para que a diversidade sexual passe a ser temática cada vez mais constante e trabalhada adequadamente, exige muito mais do que a pura implantação nos currículos da escola. É preciso uma reformulação em todos os percursos envolvidos onde:

Destacam-se a garantia de discussão do tema na formação inicial e continuada docente, incluindo extensão, especialização, mestrado e doutorado; a reorganização curricular nacional com a participação de entidades educacionais; o aperfeiçoamento dos critérios de avaliação dos livros didáticos, especialmente as imagens e os modelos de família nele contidas e/ou silenciadas; o direito de travestis e transexuais ao uso de nomes sociais nos documentos oficiais das instituições escolares; e a ampliação do incentivo a pesquisas e produção de materiais sobre educação sexual, diversidade sexual, direitos sexuais e relações de gênero (VIANNA; CAVALEIRO, 2012, p.40).

O professor é o encarregado de ajudar o aluno no caminho até o conhecimento, portanto é peça fundamental capacitá-los para abordar o tema, com naturalidade, embasamento e sem estigmas.

Sabemos que todo indivíduo tem suas vivências, suas histórias e suas crenças e que o professor não é diferente, mas de acordo com Correa (2008, p. 4): “o professor deve ter cuidado para não colocar suas emoções e deixá-las induzir seu trabalho”. Independente da própria visão o professor não pode induzir os alunos para que comungue de suas concepções, ou violar os direitos de um aluno, afligi-lo por sua orientação sexual ou identidade de gênero.





A escola que não promove esclarecimentos sobre a diversidade sexual, torna-se um ambiente ainda mais difícil para quem não tem a orientação sexual esperada pela sociedade, pois condiz com um lugar regido pelo preconceito e a homofobia. Nesse caso, cabe ao professor e a direção da escola estar prontos para mediar tais conflitos, respeitando os valores e religião dos alunos, mas pregando o direito irrevogável que todo ser humano tem de decidir pela própria vida, incluindo a sexualidade.

As Faculdades e Universidades que formam professores também precisam repensar seus currículos, induzir os graduandos à pesquisa e reflexão sobre assuntos como este que superam a especialidade de uma área, mas que condiz com a alçada de um futuro educador, que estará diante dessas questões em seu trabalho. Bem como é dever de um profissional educador estar atualizado e buscar por conta própria a formação que não alcançou na graduação.

Tratando-se da educação sexual, o educador deve buscar o maior número de informações e experiências que possam ser passadas para o aluno de forma que venha enriquecer as suas informações a respeito do assunto, propiciando a eles uma vida sexual prazerosa e, acima de tudo, com muita responsabilidade. Deve ser uma pessoa coerente com a sua proposta, que não queira inculcar valores nos alunos e, sim, analisar com os mesmos as diversas situações e visões que existem sobre o tema (CORREA, 2008, p. 12).

O professor preparado e atualizado, que reflete e se questiona sem deixar que os seus valores limite os debates na sala de aula, pode propiciar ao aluno um ambiente onde consigam transformar todas as informações sobre sexualidade que recebem da mídia, internet e dia-a-dia, em conhecimento. Assim, acreditamos que a escola que introduz a diversidade sexual como tema constante, mediado por professores capacitados e com uma metodologia focada na discussão ampla e real, sem estigmas ou receios, deve contribuir para que as homossexualidades sejam mais naturalizadas aos olhos da sociedade, na formação de pessoas mais tolerantes, menos preconceituosas e acima de tudo com respeito aos valores humanos e os direitos de cada um.

## 2.1 – Aspectos metodológicos

Para a realização dessa pesquisa foram feitas pesquisas bibliográficas e de campo. A pesquisa bibliográfica nas palavras de Monteiro (2010, p. 103) é o primeiro passo na



constituição eficaz de um conjunto de investigação e [...] ajudar o pesquisador a ampliar seus projetos [...] Tem a incumbência de fundamentar teorias necessárias ao entendimento e compreensão dos elementos estudados pelo pesquisador.

Já a pesquisa de campo consiste em um momento de aproximação do pesquisador com o objeto de sua análise, pois possibilita colher informações acerca do tema estudado por meio de observação, registros entre outras variáveis relevantes para análise (RUIZ, 2002, p. 51).

Como instrumento para coleta de dados foi utilizado entrevista, pois “a entrevista é uma técnica de coleta de informações sobre um determinado assunto, diretamente solicitadas aos sujeitos pesquisados. Trata-se, portanto, de uma interação entre pesquisador e pesquisado” (SEVERINO, 2007, p. 124).

A entrevista foi estruturada em nove questões discursivas, que evitam respostas curtas e exige a explicação do entrevistado, para que as respostas fossem claras e expressivas. Foram entrevistados cinco professores da rede pública estadual, em uma escola de ensino médio, localizada na cidade de Teotônio Vilela – AL.

## 2.2 – Resultados e discussões

Analisaremos as falas obtidas através das entrevistas realizadas com os professores a fim de compreendermos suas concepções, bem como a formação para atuar frente à diversidade sexual.

Para analisar de forma aprofundada a concepção dos professores sobre a diversidade sexual, precisamos focar em seu entendimento sobre o assunto, por isso expomos suas falas:

É uma tentativa dos indivíduos de querer chamar a atenção da sociedade para si (ELVIS, 2014).

Se tornou moda, onde as pessoas resolvem experimentar o diferente (CARLOS, 2014).

São diversos modos de sentir, amar, que ao longo da história foi oprimido pela cultura machista da sociedade (HELENA, 2014).

Os relatos demonstram que alguns professores têm a compreensão de que a diversidade sexual é apenas uma fase, uma situação passageira e de que o recente aumento da visibilidade da temática na mídia e das pessoas que assumem a homossexualidade atualmente



refere-se a tentar “chamar atenção”, não para a luta por direitos, mas para ganhar notoriedade e fama. Em contrapartida, a fala da professora Helena compreende as homossexualidades de forma mais natural, como um modo de amar e se relacionar.

Como mostra Oliveira (2011) “a maior visibilidade das comunidades LGBT tem colocado novas questões para a escola e diferentes discursos sobre a homossexualidade emergem no contexto educacional contemporâneo”.

Continuando a entrevista, partimos agora para as perguntas específicas da prática dos professores. As primeiras perguntas serviram para explicar as concepções gerais à cerca da diversidade sexual, as próximas dão subsídios para analisar a forma como suas concepções interferem na prática profissional. Assim, perguntamos aos professores sobre possíveis participações em formações continuadas com essa temática e qual a relevância destas para eles. O que obtivemos como resposta foi:

Leio às vezes sobre o tema. Nunca participei de formações e não tenho interesse (ALEX, 2014).

Não costumo ler sobre o tema, mas acompanho nos telejornais. Gostaria de participar de formações, para aprender mais e para lidar melhor com todas as situações na escola, com debates e dinâmicas (JESSICA, 2014).

Não leio sobre isso, mas seria interessante participar de formações. Acho necessário (CARLOS, 2014).

Eu costumo ler sobre a temática e participo de formações no partido político ao qual sou vinculada. Acho totalmente necessário, principalmente para os professores, para que aprendam a superar seus próprios preconceitos e saibam tratar e debater o assunto em sala de aula (HELENA, 2014).

Tais respostas demonstram pouca iniciativa dos professores em buscar leituras e informações sobre (homo) sexualidades, mas em compensação, alguma disponibilidade e interesse em participar de formações. O que nos remete a pensar na carência de iniciativas governamentais no estado de Alagoas, pois não encontramos em nossas pesquisas projetos ou programas destinados à formação docente para a diversidade sexual. Esse fato atrelado à falta de iniciativa individual dos professores resulta lamentavelmente em desinformação, propagação de conceitos errôneos e maior incidência de comportamentos e discursos heterossexistas.



Como observamos a única entrevistada que relata participação em formações em sexualidade e diversidade, encontra-se em meio social diferente dos demais companheiros, pois participa de grupos diferentes, nesse caso, o partido político. Isso serve para ressaltar a significância do ambiente cultural e de vida do professor na sua conduta e concepção, pois como qualquer outro indivíduo este também é passível de conceitos e ideologias do seu meio.

Levando em consideração que a escola é de ensino médio e possui em quase todas as salas de aula pelo menos um (a) jovem homossexual, seguimos perguntando se os professores abordavam em sala de aula a temática (homo) sexualidade e se consideravam um tema importante para trabalhar com os jovens.

Não costumo abordar porque minha disciplina e os meus conceitos não tem afinidade com o tema, [...] mas considero importante trabalhar com os jovens o respeito aos outros e a liberdade de expressão de cada um (ALEX, 2014).

Não abordo porque não se encaixa diretamente nas temáticas da disciplina de química. [...] e só acho necessário apresentar o tema aos jovens, mas não estimular a diversidade (ELVIS, 2014).

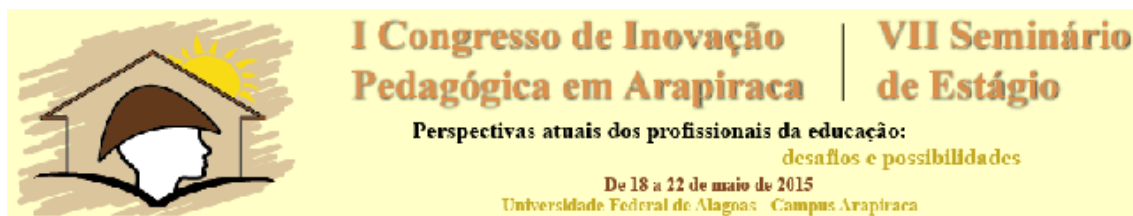
Ainda não abordei nessa escola, pois estou aqui há pouco tempo e preciso me ambientar com os alunos, mas acho importante que eles aprendam que todos têm individualidades e que é preciso respeitar, para que eles não se tornem mais um adulto opressor (HELENA, 2014).

Eu falo sobre isso, como forma de ouvir as opiniões dos alunos, mesmo sendo contra meus princípios, acho que vale lembrar a eles que independente de tudo, somos todos humanos e devemos respeitar a todos (JESSICA, 2014).

A realidade escolar como já mencionamos no primeiro capítulo, é um ambiente de omissões, invisibilidades e ainda nesses discursos observa-se uma negação de responsabilidade. Muito provavelmente como Louro (1999, p.30) menciona, talvez “negue porque ignora”. Os professores acreditam que a responsabilidade de trabalhar a temática seja dos professores de biologia, sociologia e filosofia, pois segundo eles “se encaixa melhor nos conteúdos”.

O fato é que com um currículo amarrado de conteúdos o ensino médio se tornou um período de ensino puramente voltado ao vestibular e pouco a formação humana, por isso os professores se ocupam em não “fugir” do cronograma da disciplina, para alcançar bons resultados nos testes como o ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio).

Durante a pesquisa descobrimos que todos os anos são feitas *feiras de conhecimento* nesta escola, que consiste em alguns dias de apresentações abertas a toda a comunidade



escolar e em que cada turma, orientada por um professor, aborda temáticas ligadas a um tema geral definido por votação pelos professores, coordenadores e alunos. Entretanto em nenhuma das feiras até hoje, a temática da diversidade sexual foi abordada.

Momentos como esses eventos podem facilmente se tornar aliados na educação para a diversidade, onde contam com a participação de todos os professores, alunos e familiares, poderiam trazer conhecimentos sobre sexualidade para toda comunidade. É claro que não será um evento por ano que fará mudar as concepções arraigadas durante toda a vida, mas seria uma iniciativa em romper o silêncio, em incentivar o debate e a longo prazo se tornar mais corriqueiro e natural.

### **3 - CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Com base nos objetivos dessa pesquisa que foram analisar a concepção dos professores sobre a diversidade sexual presente no contexto escolar e investigar a formação dos professores para trabalhar as questões relacionadas à diversidade sexual e considerando as análises realizadas através das entrevistas estruturadas em questões discursivas, na tentativa de evitar respostas curtas e que os entrevistados pudessem explicar de forma clara e expressivas sobre a temática em estudo podem tecer algumas conclusões importantes.

A diversidade sexual é uma realidade inquestionável em todos os ambientes da sociedade, em todas as classes sociais, com pessoas de todas as cores, gêneros, ideologias e línguas, desde o surgimento da humanidade, mas que veio insistentemente sendo negada e desvalorizada ao longo dos tempos, se constituindo assim um tema de extrema relevância.

Sendo assim, é iminente a necessidade da escola participar desse processo de mudanças, pois ela tem a força e a capacidade de formar conceitos e produzir saberes e precisa utilizar isso para contribuir na luta por tolerância, igualdade e respeito. Diversos fatores contribuem para isso, começando pela insuficiência de políticas educacionais no estado de Alagoas, que formulem e divulguem nas escolas, principalmente de nível médio, formações para os professores e material didático/ informativo para os alunos.

A deficiência na formação inicial dos professores, que não são preparados para questões da sexualidade e orientação sexual e aliado a isso ainda temos a saturação dos



currículos do ensino médio que obrigam os professores a deixar essas questões de lado e trabalhar os conteúdos programados para suas respectivas disciplinas.

O resultado disso é que mesmo tendo consciência da importância e necessidade de debater sobre a diversidade sexual na escola, os professores têm dificuldade de fazê-lo, tanto pelos problemas descritos anteriormente, quanto por questões religiosas e dos próprios preconceitos, isso faz com que a abordagem do tema seja tímida, praticamente inexistente e insuficiente para cultivar o senso crítico para a aceitação da diversidade sexual.

Portanto, para que a diversidade sexual seja de fato arraigada na escola faz-se necessário mudanças profundas em todo processo envolvido, desde a capacitação formação e valorização dos professores, que se entrelaça em iniciativas governamentais e busca individual pelo saber até a reformulação do currículo do ensino médio, o que pode gerar outros estudos dessa natureza.

## REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Cadernos SECAD 4: **Gênero e diversidade sexual na escola: reconhecer diferenças e superar preconceitos**. Brasília (DF); 2007. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br>>. Acesso em 26 jun. 2014, 22:15:00.

CORREA, Celina Celia Furlan. **Enfocando as homossexualidades na escola**. Especialização em física para o ensino médio – Universidade Estadual de Londrina / Londrina, 2008. Disponível em: <<http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br>>. Acesso em 13 jun. 2014, 20:08:00.

DANILIAUSKAS, Marcelo. **Relações de gênero, diversidade sexual e políticas públicas de educação: uma análise do Programa Brasil Sem Homofobia**. Dissertação (Mestrado em Sociologia da Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 2011. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses>>. Acesso em 26 jun. 2014, 22:00:00.

EGYPTO, Antônio Carlos. (Org) **Orientação sexual na escola: um projeto apaixonante**. São Paulo: Cortez, 2003.

GUARANHA, Camila; LOMANDO, Eduardo. “Senhora, essa identidade não é sua!”: reflexões sobre a transnomeação. In: NARDI, Henrique Caetano; SILVEIRA, Raquel da Silva; MACHADO, Paula Sandrine. (Orgs). **Diversidade sexual, relações de Gênero e Políticas Públicas**. Porto Alegre: Sulina, 2013. p. 49-61.



JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Homofobia nas escolas: um problema de todos. In: \_\_\_\_\_ (Org.) **Diversidade sexual na educação**: problematizações sobre a homofobia nas escolas. Brasília (DF): Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009 p. 13-52. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/>>. Acesso em 15 Dez. 2013, 18:55:00.

LOURO, Guacira Lopes. **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

MAISTRO, Virgínia Iara de Andrade. **Projetos de orientação sexual nas escolas**: seus limites e suas possibilidades. 2006. Dissertação (Mestrado em Ensino de Ciências e Educação Matemática) – Centro de Ciências Exatas, Universidade Estadual de Londrina, Londrina. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.uel.br/>>. Acesso em 16 dez. 2014, 22:03:00.

MONTEIRO, Eder Ferraz. **Metodologia de pesquisa na engenharia de produção e sistemas**. Revista das Faculdades Santa Cruz, v. 8, n. 1, janeiro/junho 2010. Disponível em: <<http://www.santacruz.br>>. Acesso em: 16 dez. 2013, 19:30:00.

OLIVEIRA, Anna Luiza Araújo Ramos Martins de. **Diversidade sexual e escola**: reflexões sobre os discursos dos profissionais da educação. Universidade Federal de Pernambuco, 2011.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Sexualidade**. Superintendência de Educação. Departamento de Diversidades. Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual. Curitiba: SEED – PR., 2009. Disponível em: <<http://www.seed.pr.gov.br>>. Acesso em 22 Dez. 2013, 19:46:00.

RUIZ, João Álvaro. **Metodologia científica**: guia para eficiência nos estudos. – São Paulo: Atlas, 2002.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho Científico**. 23. Ed. rev. e atualizada - São Paulo: Cortez, 2007.

TORRES, Marco Antonio. **A diversidade Sexual na Educação e os direitos LGBT na escola**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

VIANNA, Cláudia; CAVALEIRO, Maria Cristina. **Políticas públicas de educação e diversidade**: Gênero e (Homo) Sexualidades. Revista Gênero. - Niterói, v.12, n.2, p. 27-45, 1. sem. 2012. Disponível em: <<http://www.revistagenero.uff.br>>. Acesso em 16 Jan. 2014, 22:20:00.